

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE ESCOLHA NA *ETHICA NICOMACHEA* DE ARISTÓTELES

DIONATAN ACOSTA TISSOT¹; JOÃO HOBUSS²

¹Universidade Federal de Pelotas- dionatan.a.t@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas- joao.hobuss@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Frente à discussão sobre a natureza da escolha deliberada a *Ethica Nicomachea* de Aristóteles, se esta escolha pode ser incorporada ou não à noção de voluntário na teoria ética desse pensador, propomos a cisão entre dois tipos de escolha presentes em sua reflexão moral: uma escolha num sentido amplo, que designa simplesmente a abertura aos contrários a cada ação, e uma escolha no sentido técnico, compreendida como escolha feita a partir de um processo de deliberação.

2. MATERIAL E MÉTODOS

- Leitura exegética das obras de Aristóteles, sobretudo da *Ethica Nicomachea*, na edição de I. Bywater, bem como traduções.
- Leitura e discussão dos textos dos principais comentadores relevantes para o tema abordado

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O termo *escolha* costuma traduzir a palavra grega *haíresis*. Em *Ethica Nicomachea* III1, tal conceito aparece várias vezes, o que levou alguns comentadores a pensar a escolha deliberada (*proaíresis*) como um requisito para a voluntariedade de uma ação. De fato, no contexto em que se encontra, esse conceito, expresso com variações, parece mesmo possibilitar uma interpretação nesse diapasão. Tomemos, por exemplo, estas passagens:

- “Portanto, tais ações são, de um lado, mistas; de outro, assemelham-se mais às voluntárias, pois são *escolhidas* (*hairetai*) no momento em que são praticadas, e o fim da ação se dá conforme a ocasião” (1110^a13)
- “por vezes é difícil julgar qual coisa se deve escolher (*hairetéon*) ao preço de qual outra e o que suportar em troca de que” (1110^a30)
- “As que são em si involuntárias, mas que são no momento escolhidas (*haireta*) em troca de outras e cujo princípio está no agente são, de um lado, involuntárias por si; de outro, são voluntárias no momento e em troca de outras.” (1110^b2)
- “Não é fácil dizer que coisas devem ser escolhidas (*hairetéon*) em troca de quais outras”. (1110^b8)

Irwin acredita que devemos tomar a escolha deliberada como condição do caráter voluntário de uma ação, atribuindo três teses a Aristóteles: (i) alguém só é candidato a louvor e censura por sua ação se agiu voluntariamente; (ii) animais e crianças abem voluntariamente; (iii) animais e crianças não são responsáveis por suas ações (Zingano, p. 143). Dado que há uma evidente contradição aqui, Irwin tenta corrigir a tese (i), dizendo que, para conseguirmos atribuir responsabilidade moral a um indivíduo, precisamos já no seio do voluntário, inserir a noção de escolha deliberada (*proaíresis*)

Zingano (2008, p. 145) comenta, contra Irwin, que não é necessário interpretarmos a relação entre voluntário e escolha deliberada como uma biimplicação, mas devemos antes interpretar essa relação de forma unidirecional: a ação é voluntária porque é por escolha deliberada, mas não basta que seja voluntária para que seja por escolha deliberada. Assim, teríamos dois âmbitos de responsabilidade moral: um âmbito primeiro, que é o voluntário, condição *sine qua non* da responsabilidade moral, enquanto a escolha deliberada seria o âmbito pleno de responsabilidade moral.

Entretanto, propomos uma interpretação diferente: não é necessário entender a escolha (*haíresis*), tal como aparece no contexto de III1 com o mesmo sentido de escolha deliberada (*proaíresis*), que aparece em III3. Aqui, bem como em a escolha deliberada é pensada no sentido de ser a conclusão de um raciocínio prático que conscientemente leva a uma ação. Nesse sentido, podemos entender a escolha deliberada (*proaíresis*) como uma avaliação cuidadosa de premissas, com vistas a um fim alcançado pela ação, que configura-se como a conclusão do argumento.

Ao fim de EN III4, Aristóteles avalia o status da escolha deliberada (*proaíresis*): a escolha deliberada é acompanhada de pensamento e reflexão (1112^a45-16). Aqui, como vemos, estamos lidando com um sentido bastante estreito de escolha, que é uma escolha fruto de um processo de deliberação. Isso não quer dizer, porém, que não haja um tipo de escolha que não seja, propriamente, deliberada, e este parece ser o caso das passagens de III1 acima citadas. Nesse sentido a simples escolha (*haíresis*) apenas indica a abertura aos contrários, a possibilidade de mais de um curso de ação, ainda que a opção por um desses cursos não tenha passado por um minucioso processo de pesar razões. Esse tipo de escolha pode sim ser notado no interior da ação voluntária, pois a noção de ação voluntária não parece admitir necessidade, pois “estão no poder (*ep'autôi*) do agente *fazer ou não fazer* [o que parece ser uma clara menção à abertura aos contrários] as ações cujo princípio reside nele próprio” (1110^a15). Isto se coaduna com a passagem 1147b24-30, onde há uma oposição entre as coisas que são necessárias (*anankaia*) e as coisas que são escolhidas por si mesmas (*hairétón*).

4. CONCLUSÕES

Concluimos portanto que há duas noções de escolha na *Ethica Nicomachea*:

- (a) Uma escolha no sentido de optar por uma ação entre mais de um curso de ação possível, conceito esse representado pelo termo grego *haíresis*, que simplesmente indica uma abertura aos contrários.

- (b) Uma escolha no sentido técnico, representada pelo termo grego *proaíresis*, onde a decisão é alcançada a partir de uma deliberação cuidadosa, procedimento de pesar razões quanto a meios para a efetivação de um fim.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Ethica Nicomachea* (ed. Bywater). Oxford: Oxford University Press, 1894.
- _____. *Ethica Nicomachea*. Trad. C. Natali. Roma: Laterza, 1999.
- _____. *Nicomachean Ethics*. Trad. C. Rowe. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- _____. *Éthique à Nicomaque*. Trad. J. Tricot. Paris: Vrin, 2007.
- _____. *Nicomachean Ethics*. Trad. T. Irwin. 2^oed. Indianapolis/ Cambridge: Hackett, 1999.
- ASPASIUS. *On Aristotle's Nicomachean Ethics 1-4, 7-8*. Trad. D. Konstan. Ithaca: Cornell University Press, 2006.
- _____. *In Ethica Nicomachea quae supersunt commentaria*. (ed. Heylbut). Berlin: Heimer, 1889.
- BARNES, J. (Ed.). *The complete works of Aristotle. The Revised Oxford Translation*. 2 vols. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- KRAUT, R. *Aristóteles. A Ética a Nicômaco*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- KENNY, A. *Aristotle's Theory of the Will*. London: Duckworth, 1979.
- LIDELL, H.; SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. 9^o ed. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- MEYER, S. O voluntário Segundo Aristóteles. In KRAUT, R. *Aristóteles. A Ética a Nicômaco*. Porto Alegre: Artmed, 2009. pp. 132-150
- NATALI, C. Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN? In *Analytica* v.8, n.2, 2004. pp. 47-75.
- REALE, G. *Aristóteles. Metafísica*. Vol 2. Trad. M. Perine. São Paulo: Loyola, 2002.
- SIEGLER, F. Voluntary and Involuntary. In *The Monist* v.52, n.2, 1968. pp.268-287.
- STEWART, J. *Notes on the Nicomachean Ethics of Aristotle*. Vol.1. Oxford: Clarendon Press, 1892.

St. THOMAS AQUINAS. *Commentary on Aristotle's Nicomachean Ethics*. Trad. C. Litzinger. Notre Dame: Dumb Ox, 1993.

TAYLOR, C. Aristotle. *Nicomachean Ethics Books II-IV*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

NATALI, C. Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN? In *Analytica* v.8, n.2, 2004. pp. 47-75.